

Sumário

AGRADECIMENTOS DA 2ª EDIÇÃO	7
APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
NOTA À 2ª EDIÇÃO	13
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1. O PADRÃO “ARM’S LENGTH”	27
1.1. A origem das regras de preços de transferência	27
1.2. O padrão “arm’s length”	30
1.3. Os propósitos gerais das regras de preços de transferência baseadas no padrão “arm’s length”	34
1.4. A noção de criação de valor (“value creation”)	35
1.5. O padrão “arm’s length” no Brasil	37
1.6. O intervalo “arm’s length”	39
1.7. O comportamento “arm’s length”	40
1.8. As bases normativas do padrão “arm’s length” nos tratados internacionais ...	41
1.9. Os tipos de ajustes de preços de transferência (ajustes primários, ajustes correspondentes e ajustes secundários).....	45
1.10. O papel das diretrizes de preços de transferência da OCDE e da ONU.....	51
1.11. <i>Formulary apportionment</i>	58
CAPÍTULO 2. ESCOPO OBJETIVO E ESCOPO SUBJETIVO	65
2.1. As transações controladas	65
2.2. O conceito de partes relacionadas	73
2.3. A noção de influência	73
2.4. O rol exemplificativo de partes relacionadas.....	75
2.4.1. O controlador e suas controladas	77
2.4.2. A entidade e sua unidade de negócios.....	80
2.4.3. As coligadas.....	83

2.4.4.	As entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.....	84
2.4.5.	As entidades com direito de receber lucros ou participação nos ativos	85
2.4.6.	As entidades sob controle comum ou com participação de 20% ou mais no capital social.....	85
2.4.7.	As entidades em que os mesmos sócios ou acionistas detenham no mínimo 20% (vinte por cento) do capital social	86
2.4.8.	As entidades e as pessoas naturais	89
2.5.	O conceito amplo de entidade	90
2.6.	Partes relacionadas no mesmo país, inclusive no Brasil.....	91
2.7.	Crítica à amplitude do conceito de parte relacionada	91
2.8.	Incompatibilidade com os acordos de bitributação	92
2.9.	Transações com entidades residentes ou domiciliadas em jurisdições com tributação favorecida ou em regimes fiscais privilegiados	96
2.10.	Jurisdições com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados	97
2.10.1.	Jurisdições com tributação favorecida	99
2.10.2.	Regimes fiscais privilegiados.....	100
2.10.3.	A "black list" da Instrução Normativa RFB nº 1.037/2010	102
2.10.4.	O problema da aplicação automática das regras de preços de transferência às operações com jurisdição com tributação favorecida e regime fiscal privilegiado.....	106
CAPÍTULO 3. DELINEAMENTO DA TRANSAÇÃO E ANÁLISE FUNCIONAL		109
3.1.	Identificação das relações comerciais ou econômicas	109
3.2.	Os termos contratuais e o delineamento da transação	111
3.3.	Confrontação entre o instrumento contratual e a conduta das partes	115
3.4.	A recaracterização da transação (<i>non-recognition</i>).....	121
3.5.	Análise funcional	127
3.5.1.	Funções	129
3.5.2.	Ativos	131
3.5.3.	Riscos	131
3.6.	As características do bem, direito ou serviço	137
3.7.	As circunstâncias econômicas	139
3.8.	As estratégias de negócios	140

CAPÍTULO 4. O COMPORTAMENTO COMERCIALMENTE RACIONAL E AS OPÇÕES REALISTICAMENTE DISPONÍVEIS.....	143
4.1. O delineamento da transação para fins de controle de preços de transferência	143
4.2. A análise das opções realisticamente disponíveis	144
4.3. O comportamento economicamente racional nas Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE	148
4.4. O comportamento economicamente racional e a análise das opções realisticamente disponíveis no discurso jurídico	151
4.5. Críticas ao comportamento comercialmente racional	153
4.6. A impossibilidade de precificação segundo o padrão " <i>arm's length</i> " como pressuposto para a desconsideração ou requalificação	154
4.7. A ilegalidade do art. 19, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 2.161/2023	156
4.8. Opções não disponíveis	159
4.9. Casos da experiência internacional	161
4.9.1. Caso Peugeot-Citroen.....	161
4.9.2. Caso Hess Norge.....	163
4.9.3. Caso Sona Okegawa.....	166
4.10. Mecanismos de avaliação das opções realisticamente disponíveis e ônus probatório.....	167
4.11. Ausência de repercussões para outros tributos	169
4.12. Incompatibilidade com o sistema tributário brasileiro.....	169
CAPÍTULO 5. A ANÁLISE DE COMPARABILIDADE	171
5.1. A relevância da análise de comparabilidade.....	171
5.2. A análise de comparabilidade na Lei nº 14.596/2023	172
5.3. A análise de comparabilidade nas Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE.....	176
5.4. A determinação dos períodos a serem abrangidos na análise	178
5.5. Análise ampla das circunstâncias do contribuinte	182
5.6. Compreensão da transação controlada, análise funcional e parte testada	184
5.7. Comparáveis internos.....	186
5.8. Comparáveis externos	187
5.9. O uso de base de dados	188
5.10. Filtros comumente utilizados nos estudos de <i>benchmarking</i>	190
5.11. Exclusão de empresas com prejuízos do estudo de <i>benchmarking</i>	195
5.12. Comparáveis não domésticos	199

5.13.	Comparáveis secretos	201
5.14.	Identificação de potenciais transações comparáveis	202
5.15.	Determinação e realização de ajustes de comparabilidade razoavelmente precisos quando apropriado	204
5.16.	Interpretação e o uso dos dados coletados com a determinação da remuneração adequada ao padrão "arm's length"	207
5.17.	O uso de dados não transacionais	208
5.18.	As compensações intencionais.....	208
5.19.	"Location savings" e "location-specific advantages"	209
CAPÍTULO 6.	MÉTODOS DE CONTROLE DOS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	213
6.1.	A escolha do método mais apropriado	213
6.2.	A parte testada	215
6.3.	Os métodos de controle dos preços de transferência.....	218
6.4.	Preço Independente Comparável – PIC	224
6.5.	Preço de Revenda menos Lucro – PRL	233
6.6.	Custo mais Lucro – MCL.....	239
6.7.	Margem Líquida da Transação – MLT	242
6.8.	Método da Divisão do Lucro – MDL	250
6.9.	Outros métodos.....	258
CAPÍTULO 7.	INTERVALO DE COMPARÁVEIS E AJUSTES DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	261
7.1.	Intervalo de comparáveis	261
7.1.1.	O ajuste pela mediana	267
7.1.2.	Divergências no cálculo dos quartis e do intervalo interquartil	271
7.2.	Dos ajustes às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.....	273
7.2.1.	Ajuste espontâneo.....	274
7.2.2.	Ajuste primário	275
7.2.3.	Ajuste compensatório	276
7.3.	Ajustes espontâneos e compensatórios e efeitos em outros tributos.....	280
7.4.	Ajustes secundários	290
CAPÍTULO 8.	COMMODITIES	293
8.1.	O mercado de commodities	293
8.2.	Definição de commodities	293

8.3.	Preço de cotação	297
8.4.	O PIC como método mais apropriado	299
8.5.	Experiência internacional e o caso Cameco	303
8.6.	Ajustes de comparabilidade	306
8.7.	A data ou o período de datas para a obtenção do preço de cotação	309
8.8.	Condições extraordinárias de mercado	311
8.9.	Obrigações acessórias relativas às commodities	312
CAPÍTULO 9.	ATIVOS INTANGÍVEIS	319
9.1.	O papel dos ativos intangíveis na criação de valor	319
9.2.	Definição de ativo intangível	319
9.3.	Aplicação das regras de preços de transferência para ativos intangíveis	323
9.4.	Identificação das relações comerciais ou financeiras	323
9.5.	Delineamento da transação	324
9.6.	Atividades de pesquisa e desenvolvimento e ativos intangíveis	331
9.7.	Escolha do método de controle dos preços de transferência	332
9.8.	Avaliação em conjunto de ativos intangíveis	336
9.9.	Ativos intangíveis de difícil valoração e “ <i>ex-post assessment</i> ”	337
9.10.	Contratos de compartilhamento de custos	340
9.11.	Revogações dos limites de dedução das despesas de royalties	347
9.12.	O art. 44 da Lei n. 14.596/2023	349
CAPÍTULO 10.	SERVIÇOS INTRAGRUPPO	355
10.1.	A relevância dos serviços intragrupo	355
10.2.	A definição de serviços na Lei nº 14.596/2023	356
10.3.	O teste do benefício	359
10.4.	Atividade de sócios	361
10.5.	Duplicação de serviços	364
10.6.	Benefícios incidentais	366
10.7.	Serviços colocados à disposição (“ <i>on call services</i> ”)	368
10.8.	Prestação de serviços e transferência de funcionários	369
10.9.	Os perfis funcionais da atividade manufatureira	371
10.10.	Métodos de controle de preços de transferência na prestação de serviços ...	374
10.11.	Serviços de baixo valor agregado	377
10.12.	Contratos de rateio de despesas (<i>cost sharing</i>)	380

CAPÍTULO 11. REESTRUTURAÇÕES DE NEGÓCIOS	387
11.1. A definição de reestruturações de negócios	387
11.2. O controle de preços de transferência na reestruturação de negócios	391
11.3. Delineamento das transações que fazem parte da reestruturação de negócios	392
11.4. Reconhecimento das transações delineadas e a aplicação do princípio " <i>arm's length</i> "	394
11.5. Realocação do lucro potencial em virtude da reestruturação de negócios	395
11.6. A transferência de valor em decorrência da reestruturação de negócios	396
11.7. Compensação devida em função da reestruturação de negócios	401
11.8. Cálculo da compensação financeira	403
11.9. A determinação da parte que deve arcar com o pagamento da compensação financeira	405
11.10. Diferenças entre o valor justo e o preço " <i>arm's length</i> "	410
11.11. A interação entre as regras que conferem neutralidade a atos societários e as regras de preços de transferência	410
11.11.1. Aumento de capital	410
11.11.2. Redução de capital	412
11.11.3. Incorporação, fusão e cisão	413
11.11.4. Preços de transferência e atos societários	415
11.11.4.1. O escopo objetivo das regras de preços de transferência e os atos societários	415
11.11.4.2. A antinomia jurídica entre as regras de preços de transferência e as regras de neutralidade dos atos societários	418
CAPÍTULO 12. OPERAÇÕES FINANCEIRAS	429
12.1. O âmbito geral das operações financeiras	429
12.2. O delineamento de operações financeiras no controle de preços de transferência	429
12.3. A avaliação do risco de crédito	433
12.4. Aspectos gerais dos empréstimos intragrupo	437
12.5. A amplitude do art. 27 da Lei nº 14.596/2023 e o delineamento como operação de dívida ou de capital	440
12.6. O reconhecimento contábil de instrumentos financeiros de capital e dívida	443
12.7. As diferenças entre o reconhecimento contábil e o delineamento da transação	446
12.8. Estudo de caso	447

12.9. O desafio trazido pela análise da perspectiva das partes, à luz das opções realisticamente disponíveis.....	450
12.10. Operações de garantia	456
12.10.1. Delineamento das operações de garantia.....	456
12.10.2. Métodos de controle de preços de transferência nas operações de garantia.....	462
12.11. Acordos de Gestão Centralizada de Tesouraria	464
12.11.1. Objetivos e tipos de contrato de “cash pooling”	464
12.11.2. O delineamento do contrato de “cash pooling”	466
12.11.3. “Cash pooling” e benefícios de sinergia.....	467
12.11.4. Remuneração do líder e dos participantes.....	468
12.12. Seguradora cativa	469
CAPÍTULO 13. MEDIDAS DE SIMPLIFICAÇÃO E REDUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	473
13.1. Medidas de simplificação	473
13.2. Processo de consulta específico em matéria de preços de transferência	475
13.3. Os acordos prévios de preço bilaterais e multilaterais.....	485
13.4. Regularização sem a imposição de penalidades.....	487
13.5. Procedimento amigável	489
13.5.1. Noções gerais sobre o procedimento amigável nos acordos de bitributação.....	489
13.5.2. Possíveis desfechos do procedimento amigável.....	495
13.5.3. O procedimento amigável e a Lei nº 14.596/2023.....	497
CAPÍTULO 14. DOCUMENTAÇÃO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA	503
14.1. Aspectos gerais da documentação de preços de transferência.....	503
14.2. Declaração País-a-País	504
14.3. Arquivo Global	510
14.4. Arquivo Local.....	511
14.4.1. Arquivo local completo	512
14.4.2. Arquivo local simplificado.....	516
14.5. Documentação de suporte.....	516
14.6. Penalidades.....	517
CONCLUSÕES.....	519
BIBLIOGRAFIA.....	529